

IAOD do Deputado Lei Chan U em 23.04.2019

A proposta de Lei intitulada “Alteração à Lei n.º 7/2015 – Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial” pretende aumentar 2, 16 e 416 patacas aos trabalhadores que recebem por hora, dia e mês, respectivamente. Esta é a primeira actualização do montante do salário mínimo, mais de três anos depois da entrada em vigor desta lei. O aumento de duas patacas por hora dificilmente é considerado o ideal, sendo só um pequeno passo para o desenvolvimento dos direitos dos trabalhadores, mas há algumas dificuldades para dar este pequeno passo.

De acordo com o Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2017 a 2018, o coeficiente de Gini de Macau foi de 0,36, superior ao valor de 0,35 de 2012-2013. Se deduzirmos os benefícios e subsídios do Governo, o coeficiente de Gini de há cinco anos aumentou de 0,38 para 0,40, o que mostra que o fosso entre ricos e pobres tem indícios de aumento. A não actualização do valor do salário mínimo nos últimos três anos não contribuiu para o aumento do coeficiente de Gini? Embora o salário mínimo para os dois ramos de actividade abranja apenas 8500 trabalhadores, o que afecta a harmonia e o desenvolvimento da sociedade, o Governo não deve descurar as exigências de sobrevivência e desenvolvimento deste grupo.

A lei sobre o salário mínimo de dois ramos de um sector tem revelado, na sua aplicação, cada vez mais problemas prementes para resolver e melhorar. Primeiro, a compensação por trabalho extraordinário aos trabalhadores de salário mensal é inferior ao montante legal, o que prejudica os direitos destes. Eu e o Deputado Lam Lon Wai enviámos um ofício à AL e à 2.ª Comissão Permanente, sugerindo que, aquando da apreciação, se aditasse que a referida compensação por trabalho extraordinário seria calculada com base no salário legal por hora. Mas, segundo a assessoria da AL, esta sugestão contraria a Lei das relações de trabalho, e o aditamento de normas implicaria a alteração à lei sobre o salário mínimo, e seria necessário o Governo apresentar uma nova proposta, o que ia afectar o avanço da actualização do salário mínimo. Esta entendeu ainda que seria mais adequada a revisão da forma de cálculo aquando da revisão do salário mínimo do sector em causa.

Mais, o prazo de revisão não é claro. A lei prevê a revisão anual do montante

do salário mínimo, só que, quanto à sua interpretação, o Governo e a sociedade não têm um entendimento uniformizado. Será que uma nova revisão se inicia sempre que se completar um ano? Ou o relatório da revisão deve ser concluído antes de se completar um ano e, tendo em conta o respectivo resultado, decide-se se o novo montante do salário mínimo vai ser aplicado depois de completado um ano? Na realidade, em Hong Kong, já foi dada uma interpretação clara. Nos termos da *Minimum Wage Ordinance* de Hong Kong, o Chefe do Executivo tem de solicitar ao Conselho do salário mínimo que efectue, pelo menos em cada dois anos, um relatório sobre o montante do salário mínimo por hora. A partir de 1 de Maio de 2011, data em que se implementou o salário mínimo, o Governo da RAEHK actualizou o seu montante no dia 1 de Maio de 2013, 2015 e 2017, respectivamente, e vai efectuar a quarta actualização também no dia 1 de Maio deste ano. Daí podermos determinar que a revisão anual se entende pelo seguinte: o relatório da revisão deve ser concluído antes de se completar um ano e, tendo em conta o respectivo resultado, decide-se se o novo montante do salário mínimo vai ser aplicado depois de completado um ano.

A impossibilidade de resolver, quanto antes, as duas questões que referi prejudica, de modo persistente, os direitos e interesses dos trabalhadores, e enfraquece o efeito de protecção do salário mínimo para os trabalhadores com baixos rendimentos. Desejo que o Governo proceda, em tempo oportuno, à revisão e melhoria da lei do salário mínimo para dois tipos de trabalho num mesmo sector, colmatando as lacunas e clarificando o prazo de revisão, e aperfeiçoando o mecanismo para ajustamento do montante do salário mínimo. A proposta de lei de ajustamento do salário mínimo ainda está em curso de discussão na especialidade na AL. Desejo que a sua apreciação seja concluída o mais rápido possível e que o prazo transitório seja encurtado, para entrar em vigor o mais cedo possível, permitindo assim aos trabalhadores beneficiarem, quanto antes, dos seus resultados.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 23.04.2019

A insuficiência de recursos turísticos e as montanhas de turistas nos pontos turísticos nos feriados são obstáculos importantes para o desenvolvimento do sector turístico de Macau. A sociedade preocupa-se com o aumento das atracções turísticas e dos novos pontos turísticos, para alívio dos congestionamentos do trânsito nas zonas de turísticas tradicionais e redução do impacto para a vida da população. Há dias, o Instituto de Formação Turística publicou os resultados do estudo sobre a "Capacidade de Atendimento Turístico de Macau" em 2017, no qual se refere que a capacidade de recepção de turistas ideal é de 110 mil por dia ou menos de 40 milhões por ano, dados estes que suscitaram discussão entusiástica na sociedade. O estudo refere que a principal questão reside no aumento brusco do volume de turistas durante os períodos de pico e na concentração excessiva de turistas em determinados pontos turísticos.

É do conhecimento geral que Macau possui património cultural e instalações de lazer de nível mundial, mas os produtos turísticos são insuficientes e os pontos turísticos são altamente concentrados, o que resulta em turistas apinhados. Por exemplo, há sempre muitos turistas na Rua de D. Belchior Carneiro, desde as Ruínas de S. Paulo até ao Largo do Leal Senado e Avenida de Almeida Ribeiro, o que perturba os moradores e prejudica o desenvolvimento a longo prazo do sector do turismo. Já no "Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau" se menciona que é necessário alargar os produtos turísticos, desenvolver experiências de turismo diversificadas e ricas, mantendo a atractividade e a competitividade de Macau enquanto destino turístico. O objectivo a médio prazo (6 a 10 anos) definido nesse Plano é promover o desenvolvimento de um parque temático característico, aumentar a experiência de entretenimento e as actividades familiares, e o objectivo a longo prazo (mais de 10 anos) é a construção de um marco cultural da cidade nas novas zonas urbanas.

Na minha opinião, através de medidas de controlo adequadas, é possível reduzir o impacto para a vida da população e criar mais recursos turísticos para o sector. O terreno da Fábrica de panchões Iec Long e a zona dos estaleiros de Lai Chi Vun em Coloane são locais bastante adequados para replaneamento e

revitalização, pois, através da racionalização dos recursos de solos, pode contribuir-se para aliviar a capacidade de acolhimento turístico. Especialmente o terreno da Fábrica de panchões Iec Long, recuperado pelo Governo em Janeiro deste ano, que tem uma área de cerca de 28 mil metros quadrados, segundo as informações da DSSOPT. A Fábrica de panchões e os estaleiros de Lai Chi Vun, são locais industriais importantes da antiga zona sudeste da China, têm valor histórico e cultural, e ainda características locais, e mais, a fábrica fica nas proximidades do Cotai, Rua do Cunha e Casas-Museu da Taipa, portanto pode estudar-se a transformação dessa zona numa zona com características culturais e orgânicas, criando-se um novo ponto turístico, com vista a desviar e atenuar a pressão na zona da Vila da Taipa.

Em suma, face ao aumento contínuo dos turistas, para além da optimização contínua das medidas de resposta âmbito do trânsito e passagem alfandegária, apelo ao Governo para a necessidade de acelerar o planeamento de novos recursos turísticos, incluindo a Fábrica de panchões e os estaleiros de Lai Chi Vun, transformando-os em espaços que congregam elementos históricos, culturais, de preservação, de cultura e criatividade, de lazer e de turismo, com vista à criação de um novo ponto turístico e duma nova zona turística. Assim, será possível desviar os turistas, aliviando a pressão nas principais zonas turísticas. Ao mesmo tempo, através da introdução de elementos culturais e criativos em antigos locais industriais, permite-se, através da revitalização, proporcionar um espaço de desenvolvimento aos jovens que pretendem dedicar-se às indústrias culturais e criativas, com vista à concretização da diversificação da economia e do rumo de desenvolvimento traçado para Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 23.04.2019

Aperfeiçoar as medidas administrativas para acabar com o recrutamento e a contratação falsos a partir da fonte

Em Macau, há sempre falsos recrutamentos e contratações, mais frequentes nos sectores da construção civil e dos serviços. Recentemente, os média voltaram a noticiar que alguns trabalhadores locais da construção civil, depois de contratados, frequentaram o curso de segurança e saúde ocupacional e obtiveram o cartão para entrar nos estaleiros, mas não receberam qualquer trabalho e só puderam esperar, e o seu empregador foi suspeito de falso recrutamento. Ao longo dos anos, recebi sempre queixas de falsas contratações, e a polícia também detectou vários casos de empresas de fachada ou de empregadores que declararam falsamente a relação laboral, fingindo ter contratado muitos locais, para obter quotas de TNR ou ajudar estrangeiros a obter a qualidade de TNR, facilitando a sua entrada em Macau para actividades ilegais. Os serviços administrativos não procederam com rigor à respectiva apreciação e os efeitos da fiscalização posterior foram limitados, portanto, muitos desses casos só foram descobertos quando os empregados foram alvo de execução fiscal por parte dos Serviços de Finanças ou de verificação das contribuições no Fundo de Segurança Social. Alguns trabalhadores, devido à falsa declaração do seu salário, perderam a qualidade para se candidatarem a habitação pública ou foi adiada a sua oportunidade de escolha de habitação, e tiveram de reclamar ou apresentar queixa. Sentem-se impotentes e indignados, pois os seus direitos foram prejudicados.

Quanto aos falsos recrutamentos e contratações, a DSAL responde sempre que “nunca se permite às empresas o registo falso de recrutamento de trabalhadores locais, ou dados falsos para conseguir quotas de trabalhadores não residentes”. Mas, como o Governo não divulgou, periodicamente, as sanções aplicadas, a população receia que não se consiga reprimir esses falsos recrutamentos e contratações, por falta de investigação e de aplicação rigorosa da lei. No início do ano passado, vários trabalhadores locais queixaram-se de terem sido falsamente registados no FSS, o qual considerou inadequadas as respectivas contribuições. Em Maio, transferi este caso para acompanhamento da DSAL. Mas, até ao final do ano passado, segundo o *website* oficial, o número de TNR da

empresa em causa não diminuiu e até aumentou mais um, no segundo e terceiro trimestres. Note-se que, passados vários meses, o Governo ainda não lhe aplicou as respectivas sanções, acompanhamento que torna o Governo um “tigre sem dentes” e deixa os infractores sem medo. Assim, os serviços competentes devem reforçar a execução da lei e melhorar as medidas, para eliminar essas situações a partir da fonte.

Perante a solicitação constante da sociedade, a Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) aperfeiçoou já o procedimento administrativo para colmatar as situações de falsas declarações de rendimentos profissionais, estipulando que, na apresentação do mapa de registo do imposto profissional dos trabalhadores locais, os empregadores têm de entregar uma fotocópia do BIR com a declaração de emprego dos trabalhadores, para estes tomarem conhecimento do processo de declaração do imposto profissional. Proponho ao FSS que tome como referência os métodos adoptados, estipulando que os empregadores apresentem uma declaração assinada pelos novos trabalhadores quando fizerem contribuições para o Fundo; deve-se permitir também que sejam os cidadãos a fazer o registo das contribuições ou, se escolherem que seja o novo empregador a fazê-lo, o FSS envia-lhes uma mensagem de alerta, para as contribuições dos trabalhadores não serem pagas sem conhecimento. Mais, a DSAL também deve divulgar periodicamente o número de infracções e as sanções aplicadas aos falsos recrutamentos e contratações, a fim de facilitar a fiscalização da sociedade.

A revisão da lei laboral, com aditamento das matérias como a licença de paternidade com vencimento, a compensação para os feriados sobrepostos, etc., é tarefa prioritária e foi incluída no plano legislativo de 2018. Mas registou-se outra vez o incumprimento da promessa, porque até ao momento nada se vê. No início de Dezembro passado, o Governo manifestou que, não havendo consenso sobre a proposta “escolha de três em quatro” para a mudança de feriados, as três partes – patronal, laboral e governo – acordaram não a discutir por enquanto. Mesmo com a suspensão da discussão dessa questão, a revisão da lei devia estar na “recta final”. Mas já se passaram 4 meses sem nada ser apresentado pelo Governo. Antes do Dia do Trabalhador, tenho que alertar as autoridades para não se limitarem a falar sobre “reforçar a criação de regimes jurídicos destinados a proteger os direitos dos trabalhadores” do Relatório das LAG; falar sem resultados não tem significado; o cerne é concretizar a promessa. Solicito ao Governo para

(Tradução)

apresentar, no 1.º semestre deste ano, a respectiva proposta de lei à AL para apreciação, para que a mesma possa ser aplicada ainda neste ano, por forma a evitar novos argumentos para atrasar isto, numa altura em que se aproxima a mudança de mandato, obrigando os trabalhadores a estarem à espera sem prazo.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 23.04.2019

Alterar quanto antes a lei para colmatar as lacunas quanto à procura de emprego por turistas

As pessoas que não são do Interior da China podem deslocar-se a Macau como turistas para procurar emprego desde que haja empregador que os contrate, e como as formalidades são simples, podem permanecer por cá como TNR. Como a verificação prévia, por parte dos serviços competentes, não é suficiente, os custos para o requerer TNR são baixos, como falta a fiscalização posterior, é difícil saber se esses TNR trabalham em actividade profissional alheia à autorizada ou em local diferente do autorizado, ou seja, não trabalham para os empregadores ou não exercem as funções indicadas no cartão azul, ou até se aproveitam o estatuto de TNR para se fixarem em Macau, em vez de trabalharem. Isto pode contribuir para os delinquentes se aproveitarem das lacunas e ajudarem pessoas estrangeiras a conseguir residência, e que pode ser um perigo para a segurança pública. Há dias, foi detectado um caso de exploração de prostituição, e os criminosos, para prolongar a permanência das mulheres que prestavam serviços sexuais e para estas escaparem à fiscalização, apresentaram pedidos de contratação de TNR para estas poderem permanecer em Macau, como empregadas domésticas, massagistas, cozinheiras, empregadas de limpeza, etc. A falsa contratação de TNR não é um caso isolado. O Governo resolveu um caso de uma associação criminosa que comprava quotas de empregadas domésticas a idosos para ajudar estrangeiros a permanecer em Macau. Estes casos são a ponta do icebergue. Registaram-se muitas situações caóticas relacionadas com a falta de rigor do regime de apreciação e gestão, que vieram demonstrar as graves lacunas do mecanismo de importação e de fiscalização, portanto, é necessário proceder à sua revisão e ao seu aperfeiçoamento.

Em 2014, o Governo prometeu que ia recorrer aos trabalhos legislativos para combater essas situações caóticas, criando uma equipa de produção legislativa composta por representantes da DSAL, PSP e DSAJ, para acompanhar os trabalhos de revisão legislativa. Também disse que ia recorrer à revisão da Lei da contratação de trabalhadores não residentes para exigir certidões profissionais aos trabalhadores não residentes indiferenciados e domésticos, no sentido de evitar que viessem trabalhar em Macau na qualidade de turistas. Porém, até ao

momento, ainda não se iniciou o processo legislativo respectivo, não podendo então resolver-se a situação.

A sociedade já chegou a algum consenso sobre a alteração da Lei da contratação de trabalhadores não residentes, e o Governo já concluiu a proposta de lei que foi apresentada para discussão, em Abril de 2018, no plenário do Conselho Permanente de Concertação Social. Espero que as autoridades submetam, quanto antes, esta proposta de lei à AL, alterando quanto antes a lei, a fim de colmatar as lacunas. Há também que reforçar a apreciação e fiscalização dos trabalhadores não residentes, executando a lei com rigor, para minimizar as irregularidades.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 23.04.2019

Os produtos inflamáveis e perigosos são guardados em diferentes zonas, sem uma gestão profissional, e muitos ficam perto de habitações, como nos casos do depósito provisório de combustíveis na Ilha Verde e do armazém de combustíveis da Rua Seis do Bairro da Areia Preta, nos quais já houve explosões e incêndios, que ameaçaram e puseram em causa a segurança da vida e dos bens dos moradores. O Governo está a planear construir um depósito provisório para armazenar produtos perigosos, com vista à sua gestão, centralizada, eficaz e especializada, e ao controlo de riscos.

Em Agosto do ano passado, o Governo anunciou que ia transferir o depósito provisório de combustíveis da Ilha Verde para a Ilha artificial Zhuhai-Macau, parte gerida por Macau, e o armazém provisório de produtos perigosos de Coloane para um local perto da Rua Marginal da Concórdia; quanto ao plano a médio prazo, será construído um armazém de produtos perigosos num local apropriado a oeste da Zona E1 dos Novos Aterros. Mas a avaliação sobre o impacto ambiental do local selecionado para o referido armazém provisório de Coloane ainda não foi concluída, com estimativa de um ano; o referido armazém no oeste da Zona E1 dos Novos Aterros está ainda na fase de elaboração de plantas de condições urbanísticas, e ainda não há calendarização para o depósito permanente de produtos perigosos; quanto à transferência do depósito provisório da Ilha Verde para a ilha artificial do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o Governo está a fazer uma comparação entre locais diferentes. Em suma, para tudo, não há calendários nem planos, sendo difícil para os residentes não ficarem preocupados com os respectivos atrasos, uma vez que o depósito provisório da Ilha Verde já se encontra “temporário” há quase dez anos. A dispersão de produtos perigosos é uma questão premente para resolver, senão, podem ocorrer casos semelhantes aos acidentes da explosão dos armazéns de produtos químicos perigosos de Tianjin e das fábricas de químicos de Jiangsu, podendo haver mortos e feridos. Assim, os moradores das proximidades estão muito preocupados. Espero que o Governo seja firme na resolução desses problemas, divulgue, quanto antes, o plano do depósito provisório de produtos perigosos e o calendário para a transferência do depósito provisório da Ilha Verde e, antes da sua transferência, reforce as medidas de segurança deste depósito, dos postos de gasolina e dos depósitos de petróleo, acelerando a criação do

depósito permanente de produtos perigosos e definindo um calendário para a legislação dos produtos perigosos.

No tratamento de combustíveis e substâncias perigosas, há dispersão de poderes, a falta de unidades de liderança e coordenação, e uma gestão feita por diversos serviços consoante os âmbitos: a importação é com os SA e a DSE; o armazenamento e a fiscalização, com o CB e a DSSOPT; e a utilização, com o IAM e a DST. Segundo investigações, a maior parte das irregularidades com o depósito de substâncias perigosas regista-se nos domicílios, edifícios industriais e estabelecimentos de comes e bebes; e quando são graves as irregularidades, por exemplo, nos estaleiros de obras, o poder de investigação é do CB. Todos os serviços actuam à sua maneira, e a política é definida por diferentes órgãos, o que nada contribui para a resolução do problema. Mais, o Governo efectuou a fusão da Comissão de Segurança dos Combustíveis, com a competência principal de fiscalizar o comércio a retalho e por grosso, o transporte e o armazenamento de combustíveis, com o CB, levando à falta de clareza ao nível das responsabilidades e competências. Há que partir da linha de abastecimento de combustíveis e substâncias perigosas, racionalizar as funções, os poderes e as responsabilidades dos diversos serviços e secretarias; reforçar a cooperação entre estes; quebrar as zonas cinzentas; e criar entre os mesmos uma verdadeira ligação sem fissuras, em prol da redução das lacunas.

Na realidade, em muitos estaleiros devolutos e edifícios industriais estão armazenadas muitas substâncias perigosas e objectos; até os espaços comuns e corredores de evacuação dos edifícios habitacionais foram aproveitados para armazenar botijas de gás butano e outros produtos inflamáveis. Se houver um incêndio, as consequências vão ser inimagináveis. Solicito às autoridades para rever quanto antes o Regulamento de Segurança contra Incêndios; racionalizar as funções, os poderes e as responsabilidades dos diversos serviços; e definir a instalação obrigatória de um sistema de detecção de gás butano nos estabelecimentos de comes e bebes, em prol do elevar dos efeitos preventivos e da salvaguarda da segurança dos residentes.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 23.04.2019

A poluição por plásticos é irreversível, portanto, há que reduzir urgentemente o plástico e o lixo

A invenção do plástico trouxe muitas facilidades para a sociedade e mudou, em grande medida, os hábitos dos seres humanos. Mas o tratamento inadequado dos resíduos plásticos traduz-se num grande problema de poluição para o ambiente. Segundo um relatório do Banco Mundial, em 2016, os resíduos sólidos, em todo o mundo, atingiram 2010 milhões de toneladas, das quais, 242 milhões, isto é, 12 por cento, eram lixo de plástico. O plástico caracteriza-se por ser difícil de se degradar ou é até indecomponível, o que polui gravemente o ecossistema, e a terra e o mar transformaram-se num grande caixote de lixo devido ao abandono a bel-prazer do plástico.

Nos últimos meses, houve notícias de baleias e golfinhos que deram à costa na Indonésia, Taiwan e Filipinas, e os seus estômagos estavam cheios de lixo e, nalguns casos, foram encontrados mais de 40 quilos de plástico, logo, a poluição do ambiente ecológico marinho por resíduos plásticos despertou a atenção do mundo. O Parlamento Europeu aprovou, em 27 de Março, a proposta de lei de proibição de plástico, segundo a qual, a proibição total, nos países da União Europeia, do uso de produtos de plástico descartável, como palhinhas, talheres e cotonetes, vai acontecer em 2021. Para além da proibição de mais de 10 produtos de plástico descartáveis, os países membros também estão incentivados a reduzir o uso de embalagens de plástico, para mudar, através da alteração do modelo económico, os hábitos de uso de produtos de plástico no mundo todo. Segundo as estimativas, quando a proposta de lei for implementada pode-se reduzir 70 por cento do lixo que polui as costas da Europa.

Segundo o Planeamento de Gestão de Resíduos Sólidos (2017 - 2026) da DSPA, são usados 450 milhões de sacos de plástico por ano em Macau, isto é, cada pessoa usa 2,2 por dia, o que demonstra a premência da política de “redução de resíduos a partir da fonte”. A política de “cobrança de uma taxa sobre os sacos de plástico”, discutida há muito, foi enviada à AL no mês passado, através da proposta de lei intitulada “Restrições ao fornecimento de sacos de plástico”, e

propõe-se que os retalhistas, ao fornecerem sacos de plástico, cobrem uma taxa, para incentivar os residentes a terem sacos próprios, para reduzir o uso de sacos de plástico. Mesmo que esta cobrança possa alterar os hábitos de mais de 600 mil residentes, não pode mudar os de 30 milhões de turistas. A política do “utilizador-pagador”, ou seja, a cobrança de uma taxa, é só o primeiro passo, e como se pode realizar a meta de redução do plástico depende ainda de uma procura conjunta de soluções viáveis entre o Governo e a população. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Identificar o cerne da questão. Segundo um estudo estrangeiro do ano passado, se os refrigerantes forem vendidos em garrafas de vidro, o seu transporte gastará mais 40 por cento de energia e o custo será 5 vezes maior. Os produtos agrícolas nos supermercados são embalados com plástico, o que pode aumentar a sua higiene e prolongar o prazo de conservação. Segundo um estudo, isso pode reduzir 75 por cento do desperdício alimentar. O “corte radical” não se aplica à proibição e limitação do plástico. Outros produtos de substituição também podem gerar desperdício de energia, portanto, o Governo deve identificar os objectivos, elaborando um plano geral para o desenvolvimento ambiental.

2. Estabelecer a consciência de reutilização. A “cobrança de uma taxa sobre os sacos de plástico” continua a ser uma medida que impulsiona a mudança de comportamentos, independentemente do custo da tarifa final, e o seu objectivo não é legislar para os empresários terem lucros ou para produção legislativa, mas, sim, para aumentar a consciência dos cidadãos quanto à reutilização, através do aumento dos custos de utilização. Se utilizarmos várias vezes diversos produtos, reutilizáveis ou não, o consumo diminui, por isso a Administração deve reforçar a divulgação e o ensino da reutilização dos sacos de plástico ou de outros sacos ecológicos, para permitir a concretização eficaz da lei aquando da sua entrada em vigor e permitir que os cidadãos se adaptem mais cedo à alteração do hábito de usar sacos de plástico.

3. Estudar e desenvolver um mecanismo eficiente e de longo prazo. Sugere-se que o Governo adopte medidas de incentivo ou primazia para encorajar o desenvolvimento e o estudo científico e tecnológico do plástico degradável, e que o Fundo de Ciência e Tecnologia (FDCT) e o Fundo da Universidade de Macau (UM) concedam apoio financeiro aos projectos inovadores de investigação e

desenvolvimento. Com a interligação das forças de inovação científica do corredor tecnológico “Guangzhou-Shenzhen-Hong Kong-Macau”, para dar um forte apoio na resolução do problema do plástico e promover a obtenção do fruto da inovação científica em prol do benefício da sociedade, poderá haver uma solução para resolver o problema da poluição ambiental e proteger conjuntamente a única Terra que temos.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 23.04.2019

Continuar o combate à prostituição e limpar os bairros comunitários para salvaguarda da segurança

Há dias, a Polícia Judiciária realizou operações de combate contra a criminalidade nos hotéis do Cotai, onde foram interceptadas mais de dez turistas suspeitas da prática de prostituição. Para limpar os bairros comunitários, a Polícia tem realizado, durante este mês, sucessivas operações de combate à prostituição no Bairro de Iao Hon, no Patane e nos NAPE, o que merece todo o nosso reconhecimento e aplauso.

No entanto, devido às limitações do regime jurídico vigente, a prostituição é tratada como trabalho ilegal e desconformidade com a identidade de turista, isto é só se pode recorrer à infracção administrativa, excepto nos casos de crime de controlo de prostituição ou de tráfico de pessoas. Como o efeito dissuasor das sanções administrativas é insuficiente, as actividades de prostituição “renascem” facilmente após as operações de combate, segundo as queixas de alguns cidadãos, quando a Polícia acaba com as actividades de prostituição num local, estas surgem logo noutra. Segundo alguns encarregados de educação do Bairro de Iao Hon, este bairro tem sido, durante muito tempo, perturbado pelas prostitutas que fazem negócio nos prédios antigos, e os recintos de prostituição podem ver-se das salas de aulas nas proximidades. Esta situação, a manter-se, vai afectar a vida normal e a tranquilidade dos moradores, constitui uma ameaça grave para a segurança, e vai destruir os bons costumes, afectando gravemente o crescimento das crianças.

Para acabar com a prostituição, que afecta a segurança comunitária, a sociedade entende que é necessário reforçar o combate e agravar as respectivas sanções, através da revisão da lei, para se fazerem surtir os efeitos dissuasores. Durante o debate das LAG do ano passado, o Secretário para a Segurança afirmou, na resposta a uma pergunta minha, que a criminalização da prostituição exigia consenso social. Sugiro então ao Governo que proceda aos trabalhos preparatórios da revisão legislativa, que avance com estudos, através dos

serviços competentes, como a DSAJ e os Serviços de Turismo, e que consulte as associações e a população, com vista a chegar a um consenso social sobre a matéria. Em termos dos trabalhos a curto prazo, o Governo deve apoiar os serviços competentes no reforço das medidas complementares, aumentando as patrulhas da polícia e as operações de verificação de documentos de identificação nas zonas onde a prostituição é mais frequente, tal como no lao Hon. Deve ainda reforçar a comunicação com os coordenadores do policiamento comunitário e aperfeiçoar o mecanismo de comunicação, com vista à produção dos devidos efeitos dissuasores.

O combate à publicidade à prostituição é também uma medida eficaz para evitar a proliferação da prostituição nos bairros comunitários. Os delinquentes distribuem folhetos pornográficos em hotéis, pontos turísticos e bairros comunitários, deitam-nos ao chão, e recorrem à internet para fazer a publicidade, portanto, a prostituição está mais escondida mas também mais popular. Como a Lei n.º 10/78/M, que estabelece medidas sobre a venda, exposição e exibição públicas de material pornográfico e obsceno, há mais de 40 anos que não sofre qualquer alteração, e como os órgãos judiciais têm interpretação diferente quanto ao conceito de pornografia, as acções de combate não surtem efeitos. Assim, exorto o Governo a avançar, quanto antes, com a revisão da lei, para acabar com a publicidade à prostituição nos bairros comunitários e na internet, reprimindo esse mau fenómeno e devolvendo à população bairros comunitários limpos.

高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

“Terão todos os 400 membros da Comissão Eleitoral para a eleição do próximo Chefe do Executivo (CE) as oportunidades e o tempo suficiente de poder formular todas as perguntas sobre o Programa Eleitoral?”

O actual Chefe do Executivo, na altura, como candidato ao cargo (Mandatos de 2009 e 2014) apresentou dois programas eleitorais. No primeiro mandato, a Plataforma de Candidatura tinha como título “Continuidade e Inovação para Criarmos Harmonia Social” e no segundo mandato de 2014 o Programa Político Eleitoral tinha a designação “Aspirações comuns e partilha da prosperidade” .

Na altura, muitos dos eleitores queixaram-se de que não tinha havido oportunidades de encontrar pessoalmente com o candidato, nem tempo suficiente para num frente-a-frente poder formula-lo directamente perguntas sobre o seu programa político.

Por isso, este ano, caberá às entidades responsáveis melhorar a condução do processo de eleição do futuro CE e a importante responsabilidade de criar todas as oportunidades necessárias e suficientes aos candidatos e aos 400 eleitores de promover debates entre os candidatos. No caso de haver um único candidato caberá também aos responsáveis do processo eleição do CE de o candidato ter tempo suficiente de poder encontrar com os 400 eleitores e que não são muitos e de poder inclusivamente cada um dos eleitores terem a oportunidade de fazer todas perguntas sobre o seu programa eleitoral.

Este ano, a RAEM celebra o seu vigésimo aniversário. A RAEM sempre aspirou por ser uma cidade internacional de turismo e lazer. Contudo nos últimos 20 anos, a actividade casineira quase que dominou completamente a actividade económica da RAEM e em muitos casos “estrangulou” e “liquidou” completamente muitas PME principalmente na luta pela contratação de recursos humanos locais e competição com as rendas elevadas.

Outros dos desgostos da maioria da função pública principalmente os de baixa categoria tem a ver com o desleixo dos Chefes do Executivos de nos últimos vinte anos nem uma casa ter sido construída aos trabalhadores da função pública e mais grave terem eliminado o sistema de pensões de aposentação e de sobrevivência em que os mais afectados são os agentes das Forças de Segurança de Macau (FSM).

Por isso, será do maior interesse dos eleitores pertencentes ao Colégio Eleitoral para a

高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

eleição do futuro CE de poder fazer o número suficiente de perguntas aos candidatos ou ao único candidato. Não sendo desta maneira, para além da falta de legitimidade do candidato por ser eleito por uma pequena minoria de 400 pessoas estas eleições serão marcadas como uma “farsa”.

A maioria da população de Macau quer saber que critérios serão utilizados pelos eleitores na avaliação dos candidatos ou ao único candidato e para isso serão necessárias as mínimas condições quer em oportunidades quer em tempo suficiente de poder em consciência eleger o seu candidato preferido.

Muito Obrigado.

O Gabinete do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 23 de Abril de 2019.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Zheng Anting em 23.04.2019

Com a chegada da Primavera e do Verão, há cada vez mais humidade em Macau, com chuvas e aumento da temperatura, factores favoráveis à proliferação de mosquitos e bactérias, e ao aumento do risco de propagação de várias doenças infecto-contagiosas, incluindo a febre de dengue, encefalite, malária, etc. Segundo as recentes afirmações dos Serviços de Saúde, por não ter havido um Inverno distintivo em Macau, é maior o risco de se registar, neste ano, a febre de dengue. Para evitar que haja uma epidemia desta febre em diversas comunidades, como em 2012, o Governo deve estar alerta quanto à prevenção e ao controlo deste tipo de doença infecto-contagiosa.

Há em Macau muitos terrenos desaproveitados perto dos bairros comunitários, com falta de salubridade ambiental, pois estão cobertos de relva e lixo, e, em alguns, há ainda casas de estrutura metálica desocupadas, carros velhos e sucata, e artigos inflamáveis. Na época das chuvas, há sempre água estagnada, favorável à propagação de mosquitos e de doenças infecto-contagiosas, incluindo a febre de dengue. O Governo afirmou recentemente que ia reforçar a exterminação de mosquitos por meios químicos, incluindo a inspecção periódica de estaleiros de obras, e reforçar a eliminação de mosquitos em locais críticos de higiene e com maior risco. Mas só quando detecta, nos terrenos desaproveitados, água estagnada e problemas de higiene decorrentes da propagação de mosquitos e ratos, é que o Governo exige então aos proprietários ou ocupantes que tratem da situação. Nos casos em que é impossível contactar os gestores de estaleiros de obras, há que recorrer aos serviços competentes para ajudar a entrar para exterminar os mosquitos, dificultando assim a extinção atempada da fonte da sua propagação.

Segundo alguns cidadãos, o problema da higiene nesses terrenos desaproveitados já incomoda os residentes das proximidades há anos, não havendo até agora uma solução atempada e efectiva, daí a dificuldade em reduzir a ameaça dos mosquitos e insectos para a saúde pública. Segundo a resposta das autoridades a uma interpelação minha, no futuro pode-se estudar a viabilidade de melhorar ou fazer uma revisão legislativa, conforme a situação real e as opiniões de outros serviços públicos, para o tratamento imediato da questão de higiene nos terrenos desaproveitados. Mas o tratamento continua a ser o antigo,

isto é, não sendo “espaços públicos”, as autoridades apenas podem “destacar pessoal para verificar a situação” e “reforçar as inspecções”, assim, para além do aumento dos encargos administrativos, os residentes dificilmente conseguem ver efeitos.

Para a população viver num ambiente seguro e agradável, espera-se que o Governo faça uma boa gestão dos terrenos desaproveitados, para, entre outras vertentes, apurar, quanto antes, as questões relativas à sua propriedade, arrumar atempadamente os objectos nos estaleiros abandonados e aperfeiçoar a drenagem. Mais, há também que, quanto antes, aproveitar e planear, de forma razoável, os terrenos desaproveitados com condições devidas, ou avançar com construções que contribuam para aperfeiçoar o ambiente nos bairros comunitários e para o aumento de instalações sociais, recreativas e desportivas, por forma a resolver cerce os problemas de higiene e de segurança nesses terrenos, contribuindo também para um aproveitamento razoável dos escassos recursos de terrenos de Macau.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 23.04.2019

Aperfeiçoar a coordenação da gestão das zonas marítimas da Grande Baía

Em 2015, o Governo Central delegou a gestão de 85 Km² de áreas marítimas à RAEM, e em Julho de 2017, a Assembleia Legislativa aprovou a “Lei de bases de gestão das áreas marítimas”, estabelecendo a base legal para a respectiva gestão, clarificando a entidade competente e as respectivas competências, e estabelecendo orientações básicas para a utilização e gestão dos recursos marinhos. Com a promoção do desenvolvimento da Zona da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, Macau precisa de coordenar a gestão das zonas marítimas com as regiões vizinhas, e com a entrada em vigor da referida lei, deve elaborar regulamentos sobre matérias concretas da gestão, criando assim um mecanismo de gestão conveniente, para evitar que os direitos e interesses dos cidadãos sejam afectados devido às diferenças nas zonas marítimas.

Recebi, recentemente, um caso que reflecte precisamente as questões que merecem melhoria. A pessoa que me pediu ajuda é um pescador de Macau, aqui nascido e criado, que no primeiro dia do ano novo chinês, depois de ter saído do seu barco com a família para ir ao culto, este afundou, no Porto Interior, sem se saber porquê. Apesar de ser o Porto Interior, o local onde isto aconteceu pertence às áreas marítimas sujeitas à jurisdição do Interior da China. E mais, o barco tinha licença de Hong Kong e estava registado no Interior da China, portanto, o pescador teve de se deslocar aos serviços das diversas regiões para tratar do caso. No decurso do acompanhamento deste caso, verificámos o seguinte: se nas áreas marítimas ocorrer um acidente que envolva vidas, os serviços das diferentes jurisdições da Grande Baía conseguem reagir rapidamente para o devido salvamento. Porém, quanto ao resto, tais como o reboque e a retirada do barco afundado, investigação do acidente, pedido de indemnização, etc. já são nós difíceis que as autoridades têm de soltar um a um. Por exemplo, no referido caso, o naufrágio aconteceu no Porto Interior mas em águas sob jurisdição do Interior da China. Assim, os Serviços de Alfândega de Macau não podem prestar assistência no reboque e retirada do barco afundado, e os serviços do Interior da

China só começam a investigação depois do reboque e da retirada do barco afundado. Todavia, o pescador não consegue arcar com as respectivas despesas, pois o seu património afundou com o barco. O dono do barco é de Macau, mas como o local de registo não é Macau, não é possível recorrer ao apoio do Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca para ultrapassar esta dificuldade. Todavia, é comum os barcos de pesca dos pescadores de Macau serem registados em Hong Kong ou no Interior da China.

No tratamento das formalidades após o naufrágio, verificámos que diversos pormenores não estavam devidamente contemplados no regime vigente, faltando instruções claras nos diplomas legais. No decurso da comunicação entre os serviços competentes de Macau e Zhuhai, verificou-se que faltava base legal para resolver muitos problemas, o que inviabilizou o apoio de muitos serviços. De acordo com as normas existentes, os procedimentos são muito complexos, e a vítima tem de ir tentando soluções nos diferentes serviços públicos. A vítima lamentou-se, pois, na sua qualidade de pescador, não tinha conhecimentos sobre assuntos administrativos e jurídicos, tanto mais que se trata de questões transfronteiriças, que são ainda mais difíceis e complicadas. Se não tivesse pedido ajuda, só poderia ver desaparecer os seus únicos bens e meios de subsistência. Na verdade, eu e os meus colegas também gastámos muito tempo a estudar as soluções possíveis. De facto, numa área tão específica como esta, da jurisdição marítima, afigura-se de todo necessário o apoio de pessoal especializado do Governo.

Quero aproveitar esta intervenção para apelar ao Governo que reforce o planeamento a partir do topo, e que recorra às negociações com as cidades vizinhas para criar mecanismos eficazes para tratamento destes casos, por exemplo, a criação duma janela para facilitar, quer aos pescadores quer ao pessoal da área dos assuntos marítimos, a entrega e a recepção dos diversos documentos. Há também que criar um mecanismo para acompanhamento dos incidentes e que definir instruções procedimentais claras para cumprimento do pessoal da linha de frente. O reforço da divulgação e da sensibilização contribuirá para todos, pescadores e pessoal da área dos assuntos marítimos, ficarem a conhecer os seus direitos, interesses e garantias. Pode ainda considerar-se a criação de mecanismos conjuntos de resposta a desastres para prestar apoio às

(Tradução)

famílias dos pescadores afectados, ajudando-as a ultrapassar as dificuldades e a retomar a sua vida normal. Creio que com o desenvolvimento da Grande Baía, estes incidentes vão ser mais frequentes. O Governo deve aproveitar o tempo para melhorar, quanto antes, o regime, por forma a evitar que, devido às suas imperfeições, as pessoas fiquem sem assistência.

Por último, quero aproveitar para expressar os meus agradecimentos aos Serviços de Alfândega, aos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, ao Fundo de Beneficência dos Leitores do Jornal Ou Mun e aos serviços competentes de Zhuhai, pelo apoio que prestaram a este caso.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 23.04.2019

Reforçar o aperfeiçoamento das instalações complementares para reduzir a pressão da capacidade de recepção de turistas

Segundo os dados estatísticos, entre Janeiro e Março registaram-se 48,4 milhões de entradas e saídas nos postos fronteiriços de Macau, um aumento de 12,6% em comparação com o período homólogo do ano passado, e dessas, 10,35 milhões foram de visitantes, um aumento de 21,2% em comparação com o mesmo período do ano passado. Com o rápido aumento dos turistas, as instalações complementares não conseguem satisfazer as necessidades, e o desafio é cada vez maior para a capacidade de acolhimento e recepção de turistas.

Para reduzir a pressão e satisfazer as necessidades ao nível da capacidade de recepção dos turistas, que aumentam excessivamente, o Governo tem-se empenhado no aperfeiçoamento das infra-estruturas, da rede de transportes públicos e das instalações complementares dos hotéis, etc., desejando assim contribuir para o alívio da situação. Contudo, na realidade, uma vez que, quanto às políticas adoptadas, foram muitas as vozes e poucas as nozes, tudo se ficou pelas palavras, as instalações turísticas são insuficientes, portanto, o resultado da triagem de turistas é insatisfatório e as dificuldades mencionadas são difíceis de eliminar. Para além disso, com o aumento constante dos turistas, os problemas são cada vez mais graves e os serviços competentes estão cansados, falta-lhes energia e tempo para acalmar e ponderar sobre as estratégias e o rumo do desenvolvimento a longo prazo, resultando em problemas cada vez mais graves e num círculo vicioso.

A capacidade de acolhimento de turistas tem implicações ao nível social, económico, ambiental, etc., portanto, precisamos de encontrar um equilíbrio. O aumento de turistas afecta a vida diária dos cidadãos e constitui também um grande desafio para o mercado turístico. A população está a discutir a cobrança de um imposto turístico e a situação grave dos guias turísticos ilegais nas Portas do Cerco e na Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, situação que, segundo os serviços competentes, é difícil de avaliar, pois, de acordo com os respectivos

contratos de viagens colectivas, aquelas são viagens individuais, e muitas delas são guiadas por pessoal especializado para apanhar autocarros e shuttle buses dos casinos, pessoal este que assume um papel de “transferista sem licença”, e que pode ser punido, nos termos do Decreto-Lei n.º 48/98/M.

A capacidade de acolhimento de turistas está a enfrentar grandes desafios e, para aliviar o ambiente turístico, apresento algumas sugestões.

1. Ter em conta o desenvolvimento a longo prazo e controlar bem e de forma adequada o número de turistas, para melhorar efectivamente o desenvolvimento das infra-estruturas turísticas.

Propõe-se a conjugação do desenvolvimento do sector do turismo com o planeamento urbanístico geral, incluindo uma revisão geral da situação de divulgação e promoção, da dispersão de turistas, das infra-estruturas rodoviárias, do alojamento, da restauração, etc., para controlar bem o número de turistas, definir uma estratégia para o aperfeiçoamento do sector turístico, e avançar com a melhoria das instalações complementares turísticas, para elevar a capacidade de acolhimento da cidade.

2. Reforçar a dispersão do fluxo de visitantes para equilibrar o desenvolvimento comu

Os excursionistas e os turistas com visto individual, na sua maioria, entram em Macau pelas Portas do Cerco, portanto este Posto está sempre cheio de pessoas, afectando as deslocações e a vida dos moradores. O Governo deve reforçar a coordenação com as regiões vizinhas para desenvolver a capacidade de recepção dos diversos postos fronteiriços, e aperfeiçoar as instalações de trânsito e a distribuição dos shuttle-buses dos casinos e dos autocarros de turismo, com vista à dispersão de turistas, por exemplo, os excursionistas podiam entrar pela Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e pela zona industrial transfronteiriça, aliviando-se assim a pressão do trânsito nas Portas do Cerco.

3. Regulamentar o desenvolvimento do sector do turismo, combater as infracções e apoiar o sector no aumento da qualidade

Nos últimos meses, registaram-se muitos casos de guias ilegais nas proximidades dos Postos Fronteiriços das Portas do Cerco e da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Há então que reforçar o combate a estas infracções e as respectivas regulamentação e sanções. Como há insuficiências no regime que regula o mercado turístico, há que proceder atempadamente à sua revisão e optimização. Quanto às zonas cinzentas da lei, por exemplo, a figura de “transferista”, há que suprir as respectivas lacunas, há ainda que optimizar constantemente o sistema jurídico, apoiando o sector no aumento da qualidade e na criação dum mercado de turismo de qualidade.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 23.04.2019

Este ano é o vigésimo aniversário do retorno de Macau à Pátria, e é também o ano em que vai haver mudança de Governo. Então, que tipo de Governo esperam os cidadãos de Macau? É indubitável que esperam que o novo Governo tome a iniciativa de ouvir as sugestões e as solicitações dos cidadãos, e seja mais eficaz no seu trabalho, pois os cidadãos não esperam que haja indecisões ou, mesmo quando há decisões, depois não se faz nada.

Segundo alguns cidadãos, o problema actual mais preocupante é: vai haver cada vez mais solicitações dos cidadãos junto do Governo devido ao aumento gradual do nível socioeconómico e do conhecimento da população. O Governo da RAEM adopta um modelo constitucional de predominância do poder executivo, com a cooperação dos poderes legislativo e judicial, e os deputados, enquanto ponte entre o Governo e a população, têm o dever de dar voz aos cidadãos, mas estes têm dúvidas: será que os seus problemas só serão resolvidos através dos deputados ou das associações? Se assim não fizerem, o Governo não sabe quais são as suas dificuldades? Por outras palavras, não devem os membros do Governo reflectir sobre os assuntos e tomar a iniciativa de ouvir as solicitações dos cidadãos?

De facto, quando os deputados contactam com os membros do Governo para transmitirem as solicitações dos cidadãos, deparam-se com situações em que os dirigentes assumem atitudes de “não trabalhar, porque não há possibilidade de cometer erros” e de “fazer menos, porque cometem menos erros”, ou a postura de deixar os assuntos arrastar sem tomar decisões e de não pôr em prática as decisões tomadas. Todos estes fenómenos têm afinal a seguinte origem: quanto aos critérios de encarregar alguém, deve o Governo escolher pessoas competentes, com bom nível de profissionalização, e que actuem tendo em conta a realidade.

Mais, as questões que muitos cidadãos colocam têm a ver com a baixa eficiência administrativa e a falta de coordenação entre os serviços públicos. Os cidadãos sofrem muito e, quando apresentam as suas solicitações ao Governo, parece uma “bola de futebol” a ser chutada: nem sempre conseguem obter resultados, depois de passar várias vezes por um calvário. O sofrimento dos

cidadãos pela falta de um serviço público que trate das suas queixas afecta gravemente o prestígio do Governo. Estes problemas decorrem da falta de comunicação e de coordenação entre os serviços, por isso, nem vale a pena falar da cooperação interdepartamental.

A população não quer que Macau tenha governantes que, para se desculparem, se justificam com a desactualização das leis, ou que trabalham pouco para errarem menos. A população espera que o novo Governo da RAEM tenha uma nova atitude de trabalho e, quanto ao recrutamento de pessoal, considerando que Macau é um território pequeno, será inevitável que haja relações de família entre os dirigentes. Por isso, o próximo Governo terá de criar mecanismos justos, imparciais e transparentes no recrutamento para os serviços públicos. Por outro lado, os dirigentes devem ser realistas no seu trabalho e actuarem imediatamente quando recebem os pedidos da população, não devendo atrasar-se no tratamento dos casos apresentados. É de grande importância a coordenação interserviços, bem como a cooperação interdepartamental. Para se conseguir uma governação com um sistema político baseado no apoio e na fiscalização recíprocos entre os poderes Executivo, Legislativo e Judicial, e com a predominância do Executivo, é de grande importância a coordenação entre os serviços e a cooperação interdepartamental.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 23.04.2019

Apelo ao Governo da RAEM para concretizar os trabalhos relativos ao Fundo de Investimento

Nos últimos anos, a economia de Macau tem vindo a desenvolver-se de forma sustentada e, com a implementação do Plano da Grande Baía, o Governo da RAEM está mais activo na participação da construção da Grande Baía, promovendo o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e concretizando o papel de posicionamento de um centro, uma plataforma e uma base, para melhorar o bem-estar da população, e obteve o reconhecimento e o apoio de todos os sectores da sociedade, merecendo também o nosso.

Com a provisão financeira do Governo de mais de 560 mil milhões de patacas, propus, em 2013, a criação de um fundo para a população de Macau, a fim de criar um mecanismo de partilha dos frutos do desenvolvimento económico. As minhas opiniões e linhas de pensamento mereceram o reconhecimento do Governo, que manifestou que ia estudar uma solução viável. Posteriormente, através de interpelações escritas, interpelações orais e debates sobre as LAG, procurei saber qual o ponto de situação, e o Governo comprometeu-se a criar, neste ano, o Fundo para o Desenvolvimento do Investimento da RAEM, através da criação de uma reserva extraordinária para o aperfeiçoamento da carteira de investimentos, elevando a taxa de retorno sobre o investimento da reserva financeira.

Que se saiba, os projectos do regulamento administrativo e dos estatutos do Fundo para o Desenvolvimento do Investimento da RAEM estão a ser debatidos no Conselho Executivo, e aquele vai ser criado no segundo semestre deste ano. No futuro, este Fundo irá desenvolver trabalhos relacionados com 49 projectos da Grande Baía e com o desenvolvimento diversificado de Macau. Mas, dado que o actual mandato do Governo está quase a terminar, ainda não foram divulgados o andamento do estudo, os resultados da avaliação e o mecanismo de partilha, portanto, antes do termo do seu mandato, o Governo deve divulgar o futuro modelo de funcionamento do referido Fundo, nomeadamente, a gestão transparente das empresas públicas e a optimização do regime de gestão dos recursos financeiros existentes, com vista à sustentabilidade financeira da RAEM.

Face ao exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo manifestou que vai criar, no 2.º semestre, o Fundo para o desenvolvimento e investimento da RAEM, mas a sociedade desconhece os respectivos instrumentos legais complementares, em especial o seu modelo de exploração e transparência, e os trabalhos de transferência de dotações da reserva financeira. O Governo deve acelerar e reforçar a divulgação dessas informações, para a sociedade ficar informada.

2. Há que clarificar as funções do Fundo, acelerar a criação de um mecanismo sistemático e transparente de comparticipação de excedentes orçamentais, em conjugação com os assuntos relacionados com a vida da população e que preocupam os cidadãos, como o FSS, a comparticipação pecuniária, a habitação, a saúde, etc., para os cidadãos poderem ver e sentir, aumentando o seu sentimento de obtenção.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 23.04.2019

Plano Director de Macau segundo o inquérito sobre o planeamento de lao Hon

O Plano Director de Macau prevê 11 objectivos e tem como eixo a construção do “Centro Mundial de Turismo e Lazer e de um Belo Lar”. O lançamento, neste ano, das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía simboliza a chegada duma nova era, isto é, a construção da Grande Baía, e estas Linhas definem claramente as exigências e os papéis para cada uma das cidades na cooperação regional.

O Plano Director vai ser concluído no prazo, ou seja, durante este ano, acompanhando as referidas Linhas Gerais. Com o Plano Director, será possível a definição razoável das finalidades dos terrenos, bem como a distribuição razoável dos espaços, com vista ao desenvolvimento ordenado de Macau.

No ano passado, efectuei estudos sobre a renovação e transformação do bairro lao Hon e passei 100 questionários, 60 dos quais válidos. Os resultados das estatísticas via questionários podem servir de referência para a análise sobre a estratégia para o desenvolvimento sustentável.

Metade dos inquiridos era moradores na zona de lao Hon. Depois de efectuada a devida análise, verificou-se que a maioria dos residentes inquiridos manifestou o seu acordo e entendeu como apropriada a conveniência das instalações para a vida quotidiana, transportes e deslocações. Mais, ficou demonstrado que os mercados e transportes públicos são exigências básicas para a vida dos moradores naquela zona. E como esta fica perto das Portas do Cerco e nela existem várias paragens de autocarros, na sua maioria terminais, em princípio os residentes conseguem um assento. A localização do mercado existente é razoável. O facto de ficar perto das Portas do Cerco facilita as deslocações dos residentes a Gongbei para as compras de alimentos. Os residentes entendem como bastante apropriada e importante a conveniência dos transportes públicos e das instalações para o dia-a-dia.

Segundo o inquérito, cerca de 50% dos residentes inquiridos manifestaram

votos de “insatisfação” em relação à arborização e aos espaços públicos, aliás, são notoriamente insuficientes os espaços públicos e arborização. O inquérito também demonstra que, naquela zona, são muito graves os problemas de envelhecimento e aparência dos prédios (gaiolas, edificações ilegais, etc.). Os moradores referidos desejam uma melhoria do seu ambiente habitacional e da situação relativa ao envelhecimento, aparência e higiene dos prédios, esperando até que seja aumentada a zona verde de lazer aquando da reconstrução dos prédios antigos.

No âmbito das instalações, mais de 95% dos inquiridos concordaram com as instalações deste bairro e entendem que são adequadas; os lugares de estacionamento público geraram mais discórdia, por serem bastante insuficientes.

Segundo este inquérito, 50% dos inquiridos concordam basicamente com certas instalações públicas e sociais, instituições educativas, centros de idosos ou serviços de utilidade pública, e entendem que são aceitáveis, mas quanto aos espaços públicos, silos-auto, jardins, instalações de diversão, etc., o grau de satisfação é baixo, portanto, os resultados do inquérito correspondem à realidade.

Olhando para a renovação urbana, é também adequado proceder à remodelação de certos prédios antigos e à libertação de mais espaços favoráveis ao aumento da área pública para a construção de silos-auto e aumento dos espaços e das instalações públicas.

Macau deve esforçar-se para conseguir um desenvolvimento contínuo, saudável e ordenado, e melhorar as diversas infra-estruturas. Atendendo ao planeamento geral e ao desenvolvimento activo dos novos aterros nestes últimos dias, por exemplo, as Zonas A, B, C, D e D, pode proceder-se, depois da conclusão da Zonas A, à mudança dos moradores da Zona Norte, incluindo o Bairro Iao Hon e o Bairro da Areia Preta, com vista à articulação com a remodelação e replaneamento do Bairro Iao Hon, a favor da melhoria das condições de vida e da qualidade do ambiente. Este é um objectivo a longo prazo.

Em suma, a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer e de um Belo

Lar é um indicador do planeamento geral de Macau. Certo que isto envolve a alteração do regime jurídico, a colaboração de residentes e a participação de investidores. O primeiro passo diz respeito ao replaneamento e à remodelação do Bairro Iao Hon. Creio que para as outras zonas de Macau, por exemplo, o Bairro da Rua da Barca, o Bairro da Praia do Manduco, os bairros antigos nas proximidades da Avenida de Almeida Ribeiro, pode proceder-se à melhoria do ambiente dos moradores seguindo o rumo do desenvolvimento sustentável, para demonstrar que o Governo tem por base a população nas suas acções governativas, que se esforça por melhorar a qualidade da vida de residentes e por se articular com o posicionamento de Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer e de um Belo Lar. Aquando da apresentação do planeamento geral, há que considerar também o futuro desenvolvimento dos bairros antigos. Tudo isto é importante para a segurança e o desenvolvimento contínuo de Macau.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 23.04.2019

Parar de pressionar os professores com a notificação de continuidade, acabar com o despedimento sem justa causa, e reforçar a protecção no emprego

Estamos quase no fim do ano lectivo, e muitos professores das escolas particulares estão com o coração nas mãos, à espera da “notificação de continuidade”. O que é isto? Os professores devem saber. Trata-se duma prática que não é de todo “simbólica” nem “sem força vinculativa”, como defendem os dirigentes do Governo. Se os professores, não importa o tempo de serviço, não receberem essa notificação no final do ano lectivo, existe uma alta probabilidade de serem despedidos sem justa causa, e a escola limita-se a indemnizá-los.

O meu gabinete recebe, de vez em quando, casos relacionados com os direitos e interesses dos professores, e o caso mais recente é o de alguns professores experientes, obrigados a antecipar a reforma. Os docentes são peças essenciais do sistema educativo, têm de lidar com uma pressão de trabalho cada vez mais acentuada ao nível pedagógico e da investigação científica, e têm ainda de enfrentar uma situação profissional tão instável que é difícil de imaginar.

Nos termos da Lei das relações de trabalho, os contratos de trabalho não têm termo excepto nos casos de satisfação de necessidades temporárias, por exemplo substituição de trabalhador ausente, portanto, se a contratação dum professor não é para substituir outro ou para outros tipos de trabalho temporário, não pode haver renovação periódica ou anual do contrato. Aliás, como já referi várias vezes, é comum as escolas particulares, sob o pretexto de sondar intenções, recorrerem, no final de cada ano lectivo, às formas de “convite de emprego”, “notificação de continuidade” ou “notificação de intenção”, o que acarreta muita pressão para os docentes.

É de salientar que, antes da transferência de soberania, por via do Estatuto Orgânico de Macau, aplicava-se em Macau a Constituição da República Portuguesa, cujo artigo 53.º define a segurança no emprego dos trabalhadores. Este princípio mantém-se no nosso sistema jurídico, através da Lei das relações

de trabalho, para garantir a estabilidade de emprego. E através da consagração do “princípio de não fixação do prazo do contrato de trabalho”, esta garantia foi promovida a “regra de ouro” do nosso regime jurídico laboral. Porém, nas escolas particulares, já se adopta há muito tempo a prática da “notificação de continuidade”, criaram-se as figuras da “notificação de continuidade” e do “convite para renovação” em cima das disposições dos contratos de trabalho sem termo, o que contraria a intenção original e o espírito da Lei das relações de Trabalho.

O Governo afirma várias vezes que um dos objectivos fundamentais do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior é elevar as garantias profissionais dos docentes, no entanto, a prática da “notificação de continuidade” constitui uma grande pressão para os docentes, pois estes não sabem se vão ser despedidos sem justa causa, ou seja, não têm garantias de emprego. No entanto, os dirigentes do Governo continuam a defender esta prática, afirmando mesmo que esta serve como convite aos docentes para continuarem a trabalhar nas escolas.

Segundo os dados do ano lectivo 2017/18, a maioria do pessoal docente do sector privado que se desligou do serviço tem menos de dez anos de serviço e representa 62% do total, todavia, não podemos esquecer os que têm mais de 10 anos, que representam 38%. Ainda em relação a todos estes docentes, é ainda necessário analisar a proporção que o despedimento sem justa causa ocupa. Só um caso já é demais! Segundo a resposta do Secretário Alexis Tam à minha interpelação oral em Outubro do ano passado, “porque é que tem de se ameaçar os professores e despedi-los sem justa causa? Acho que isto não deve fazer-se. Mas não só com os professores. O despedimento sem justa causa não deve acontecer em nenhum sector ou profissão.”

O ano lectivo está a terminar, faltam poucos meses, e muitos docentes estão muito ansiosos por não saberem se vão receber a notificação de continuidade no cargo, pois a preocupação é serem notificados, a qualquer momento, do seu despedimento sem justa causa. Mais, atendendo ainda à sobrecarga devido ao trabalho entretanto acumulado, facilmente se pode perceber a pressão psicológica que os docentes enfrentam. De facto, o Governo está muito bem inteirado desta situação, por isso, sob o pressuposto do cumprimento rigoroso do

(Tradução)

articulado e da intenção originária da Lei das relações de trabalho, deve exigir, quanto antes, às escolas particulares, que abandonem a prática da notificação de continuidade, com vista ao aumento da protecção profissional do pessoal docente no respectivo regime (e não só das condições remuneratórias, regalias, previdência central, etc.).

IAOD da Deputada Leong On Kei em 23.04.2019

A criação de um ambiente livre de barreiras constitui uma das principais medidas para apoiar a integração social dos deficientes. Nos últimos anos, o Governo tem-se esforçado bastante na criação dum ambiente livre de barreiras, todavia, segundo alguns deficientes, algumas das instalações sem barreiras arquitectónicas não conseguem satisfazer as suas necessidades reais, portanto, continuam a enfrentar dificuldades quando saem de casa.

No ano passado, uma associação publicou um relatório de estudo sobre as instalações sem barreiras arquitectónicas em Macau, segundo o qual a maioria dos inquiridos considera que a diversidade e a quantidade das instalações livres de barreiras são “pouco satisfatórias” e “insuficientes”, e quase 70% consideram “aceitável” e “insatisfatória” a situação do trânsito livre de barreiras arquitectónicas. Existem ainda muitos obstáculos nos espaços públicos, por exemplo, nas entradas e saídas de algumas bibliotecas, as rampas de acesso são incómodas para os utilizadores de cadeiras de rodas; em alguns bancos, centros comerciais e estabelecimentos de restauração só existem escadas; há diferenças de altura no piso de alguns passeios e vias públicas; quanto aos equipamentos electrónicos de travessia sonora e aos pisos tácteis direccionais dos passeios, a cobertura ainda não é total; as instalações livres de barreiras nos autocarros têm de ser manipuladas por pessoal especializado, parecem “jarras de flores”, o que é muito pouco científico; e face ao limitado número de rádio táxis livres de barreiras, os deficientes dificilmente conseguem apanhar um desses táxis. Tudo isto dificulta a vida aos deficientes que pretendem sair da sua comunidade e integrar-se na sociedade.

As autoridades devem ponderar seriamente sobre as necessidades prementes dos deficientes, auscultar as opiniões quer dos deficientes quer dos profissionais, ponderar as necessidades dos diferentes tipos de deficientes e aperfeiçoar as instalações e o trânsito livres de barreiras. Sobretudo na construção de empreendimentos de grande envergadura, o Governo deve criar um ambiente livre de barreiras baseado em critérios científicos e humanitários, para apoiar os deficientes na sua efectiva integração na sociedade.

Muitas pessoas portadoras de deficiência e idosos moram em edifícios antigos, e como muitos deles não dispõem de instalações livres de barreiras, as inconveniências para as deslocações e até o perigo pessoal são uma realidade. No Interior da China, cada vez mais cidades instalam plataformas elevatórias para cadeiras de rodas nos edifícios antigos, para resolver o problema das deslocações dos deficientes e dos idosos. Macau deve ter em conta o sucesso daquelas cidades e promover a remodelação do ambiente livre de barreiras nos edifícios antigos, aperfeiçoando e otimizando, de forma contínua, as instalações livres de barreiras arquitectónicas. Em 2017, o Governo lançou as “Normas arquitectónicas para a concepção de design universal e livre de barreiras”, para serem aplicadas em primeiro lugar nas obras do Governo e nas obras subsidiadas pelo Governo, no entanto, como estas normas não são vinculativas, espera-se que o Governo reforce a sensibilização e a divulgação, incentivando o sector privado a cumpri-las, com vista à optimização do ambiente livre de barreiras arquitectónicas em Macau.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 23.04.2019

Apelo aos dirigentes do Governo para promoverem o conceito “terras de Macau para as gentes de Macau” ainda no seu mandato

O Governo Central autorizou o Governo da RAEM a aterrar 350 hectares na zona dos Novos Aterros e definiu que esta se destina a dar resposta às necessidades habitacionais dos residentes. As obras dos Novos Aterros, com vários anos de arrastamento, estão a ser aceleradas. Na minha opinião, o Governo deve fazer os trabalhos preparatórios ao nível legislativo para concretizar aí o conceito “terras de Macau para as gentes de Macau”. No passado, o Governo entendeu mal que esse conceito implicava a desvantagem de desviar terrenos que podiam ser para habitação pública. Isso não vai acontecer, se se cumprir a meta de manter a reserva de terrenos na zona A para construir 28 mil habitações públicas. Em Setembro de 2017, o IH respondeu, em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, a uma interpelação minha, afirmando que cabia à DSAJ determinar a opção política sobre a proposta de “terras de Macau para as gentes de Macau” nos Novos Aterros. Mas, perante o requerimento de Deputados, relativo a um encontro para conhecer o andamento do regime restritivo de venda de fracções autónomas baseado no conceito “terras de Macau para as gentes de Macau”, a DSAJ afirmou por escrito que a respectiva política estava por definir e não era possível disponibilizar mais informações. Depois de eu insistir várias vezes, o Chefe do Executivo revelou que esta matéria ia ser submetida à DSEPDR, para estudos. No final de Janeiro deste ano, numa sessão de interpelação oral na AL, quanto à questão de conceder furtivamente terrenos destinados a fins habitacionais nos Novos Aterros, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas e o Director da DSEPDR responderam cada qual à sua maneira, o que demonstra confusão no seio do Governo.

Na resposta recente a uma interpelação escrita minha, o Governo afirma que a DSEPDR já iniciou o estudo sobre o conceito “terras de Macau para as gentes de Macau” e que vai começar a recolha de opiniões públicas.

Ainda não foi concedido nenhum terreno nos Novos Aterros, isto é, ainda não

está implicada nenhuma propriedade privada adquirida, por isso, agora, e antes de estar envolvida uma propriedade deste tipo, é o tempo oportuno para estabelecer restrições legais e aproveitar, com base na distinção entre as finalidades de habitação e de especulação, os Novos Aterros, para resolver as necessidades habitacionais dos residentes. Os dirigentes já sabem que o conceito “terras de Macau para as gentes de Macau” não implica o desvio de terrenos destinados a habitação pública, então, não se deve adiar a concretização da política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”.

Apelo ao Governo que proceda, no primeiro semestre deste ano, a uma consulta pública sobre a política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”, para os trabalhos da sua concretização poderem ser promovidos dentro do mandato do presente Governo e para este não se esquivar da responsabilidade política de salvaguardar os recursos de terrenos.

IAOD do Deputado Au Kam San em 23.04.2019

Utilização dos TRN de forma científica, acabando com o abuso na importação

Em Macau, a mão-de-obra não residente tem sido uma questão extremamente sensível. Os representantes da parte patronal e da parte laboral têm uma posição muito diferente, certamente, e não conseguem chegar a uma conclusão.

Só a questão do número dos TNR já dá sempre para discussão. Falando com toda a sinceridade, numa pequena cidade como Macau, com apenas 540 mil residentes, mas que tem de receber anualmente mais de 30 milhões de turistas, é claro que os recursos humanos são insuficientes. Mas qual é o número suficiente? A falta de dados científicos torna difícil a sua definição.

A parte patronal diz sempre que há falta de mão-de-obra e que não consegue contratar pessoal suficiente, por isso, é necessário liberalizar o mercado de importação de mão-de-obra; os representantes da parte laboral e da camada de base acham sempre que o abuso na importação de mão-de-obra prejudica as condições e as oportunidades de emprego dos trabalhadores locais. Creio que este tipo de controvérsia não vai ter fim, mesmo discutindo mais 100 anos.

Só que numa pequena cidade com uma população activa de apenas 388,8 mil, 188 mil são trabalhadores não residentes (TNR), isto é, 48,5%, quase metade. Não se pode dizer que este rácio de TNR seja muito reduzido.

Reparámos que, até ao momento, o Governo continua a manter a proibição da importação de TNR para *croupiers*, supervisores e motoristas profissionais, e que a parte patronal tem vindo a exigir ao Governo para parar a não importação de TNR nesses ramos de actividade e postos de trabalho, uma vez que há falta de recursos humanos. Nomeadamente, no sector dos motoristas aconteceram muitas coisas estranhas, por exemplo, negam que os motoristas de transporte de mercadorias sejam motoristas profissionais, alegando que são transportadores de mercadorias, por forma a abrir uma porta para parar a não importação de TNR.

Perante esta situação, os cidadãos estão alerta, porque, com a actual falta de dados e critérios de importação de TNR, se se abrir uma porta para parar a não importação, todo o sector vai ser invadido por TNR. A garantia profissional e os requisitos para o exercício de funções dos locais vão ser gradualmente reduzidos.

Importa salientar que, independentemente dos lindos dados, o facto é que a existência de grande número de trabalhadores não residentes afecta as condições e o direito ao emprego dos locais, os quais, se não conseguem encontrar emprego, vão ficar insatisfeitos e indignados. Mesmo que consigam ter emprego, o seu salário é reduzido, devido ao grande número de TNR, portanto, não conseguem acompanhar os preços dos produtos, nem conseguem partilhar dos frutos económicos. O Governo tem implementado políticas para limitar a importação de TNR nos ramos de motoristas e *croupiers*, portanto, é evidente que o salário destes dois ramos é mais elevado do que nos outros em que se permite a importação de TNR.

Sendo uma cidade pequena, se for necessária a importação de TNR, então, qualquer Governo responsável deve aperfeiçoar os dados científicos respectivos para gerir bem esta importação. Deve-se definir, de um ponto de vista macro, um limite máximo para esta importação e avaliar a necessidade, ou não, em sectores diferentes. Se for necessária a importação, deve-se determinar a sua quantidade e concretizá-la rigorosamente. De um ponto de vista micro, deve-se reforçar a gestão da importação, com vista à eliminação de todas as situações ilegais.